

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES COTISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2012, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Panamericano Consórcio") é uma empresa controlada pela Panamericana de Seguros S.A. ("Panamericana Seguros"), que detém 78,99% de seu capital total, e pela Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Panamericano Leasing"), que detém 21,01% de seu capital total, sendo que ambas são controladas pelo Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Banco"). A Panamericano Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

EVENTOS RECENTES

Em 18 de janeiro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas do Panamericano aprovaram as propostas da Administração para, entre outros, aumentar o capital social do Panamericano em até R\$ 1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 31 de janeiro de 2012, os controladores do Panamericano integralizaram a totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias no aumento de capital aprovado em 18 de janeiro. Desta forma, o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") exerceu seu direito

de subscrição de 81.897.014 ações ordinárias, no valor total de R\$ 495,5 milhões, enquanto a Caixa Participações S.A. ("Caixapar") exerceu seu direito de subscrição de 78.685.354 ações ordinárias, no valor total de R\$ 476,0 milhões.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, foi aprovada pelos acionistas do Panamericano a homologação parcial do aumento de capital, com a subscrição de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, totalizando o montante de R\$ 1.758.929.416,75.

Em 8 de junho de 2012, o Banco Central do Brasil ("Bacen") aprovou o aumento de capital e a reforma estatutária do Panamericano, conforme deliberados nas Assembleias Gerais de 18 de janeiro de 2012 e 1º de junho de 2012.

O aumento de capital do Panamericano fortalece sua capacidade de expandir suas operações, inclusive através do Panamericano Consórcio, se for o caso. Adicionalmente, a integralização, pelos controladores indiretos da Companhia, BTG Pactual e Caixapar, da totalidade dos seus direitos de subscrição em ações ordinárias e preferenciais no aumento de capital do Panamericano, reforçam seu suporte e compromisso com o Panamericano e suas empresas controladas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No 1º semestre de 2012, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 10,1 milhões, 65,6% maior em relação ao 2º semestre do ano anterior. O resultado bruto do Panamericano Consórcio foi de R\$ 871,0 mil no 1º semestre de 2012, comparado a R\$ 1,1 milhão no 2º semestre de 2011, o que representa uma queda de 18,7%. A base de consorciados ativos declinou de 7,3 mil para os atuais 6,5 mil, e tal redução no número de participantes decorreu do encerramento de grupos de consórcio antigos. A taxa de inadimplência permaneceu praticamente estável.

A Panamericano Consórcio apresentou, no 1º semestre de 2012, um lucro líquido de R\$ 3,2 milhões, comparável a um lucro líquido de R\$ 209 mil no 2º semestre de 2011. O patrimônio líquido em 30 de junho de 2012 atingiu R\$ 16,1 milhões, com crescimento de 24,7% em relação ao 2º semestre do ano anterior.

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no 1º semestre de 2012 a Panamericano Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 06 de agosto de 2012

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	2012		2011		Passivo Circulante	Nota Explicativa	2012		2011	
Circulante		3.820	4.933			Circulante		6.953	6.377		
Disponibilidades		4	21			Outras obrigações		6.953	6.377		
Títulos e valores mobiliários		1	1.175			Obrigações com grupos de consórcio	4.3	4.429	4.799		
Carteira própria	4.1	1	1.175			Sociais e estatutárias	4.4	26	26		
Outros créditos		3.815	3.737			Fiscais e previdenciárias	4.3	1.739	877		
Diversos	4.2	3.815	3.737			Diversas	4.3	759	675		
Realizável a Longo Prazo		30.005	25.938								
Títulos e valores mobiliários		21.652	18.099			Exigível a Longo Prazo		10.876	11.702		
Carteira própria	4.1	21.652	18.099			Outras obrigações		10.876	11.702		
Outros créditos		8.353	7.839			Obrigações com grupos de consórcio	4.3	3.117	3.138		
Créditos específicos	4.2	3.117	3.138			Fiscais e previdenciárias	4.3	833	865		
Diversos	4.2	5.236	4.701			Diversas	4.3	6.926	7.699		
Permanente		86	101								
Investimentos		1	1			Patrimônio Líquido		16.082	12.893		
Outros investimentos		1	1			Capital realizado		12.388	12.388		
Imobilizado de uso		29	33			De domiciliados no país	4.4	12.388	12.388		
Outras imobilizações de uso		135	135			Reserva de capital		1	1		
(-) Depreciações acumuladas		(106)	(102)			Reserva de lucros		185	26		
Intangível		56	67			Lucros acumulados		3.508	478		
Ativos intangíveis		496	496								
(-) Amortizações acumuladas		(440)	(429)			Total do Passivo e Patrimônio Líquido		33.911	30.972		
Total do Ativo		33.911	30.972								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital Incentivos fiscais	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de Junho de 2011	12.388	1	16	305	12.710
Lucro líquido do semestre	-	-	-	209	209
Reserva legal	-	-	10	(10)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(26)	(26)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	12.388	1	26	478	12.893
Lucro líquido do semestre	-	-	-	3.189	3.189
Reserva legal	-	-	159	(159)	-
Saldos em 30 de Junho de 2012	12.388	1	185	3.508	16.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	2012		2011		Passivo	2012	2011
Ativo Circulante		171.653	178.440			Passivo Circulante	171.653	178.440
Disponibilidades		203	2			Obrigações com consorciados	16.353	16.183
Depósitos bancários		203	2			Valores a repassar	12.686	14.394
Aplicações financeiras	5.1	111.202	115.865			Obrigações por contemplações a entregar	59.409	65.094
Outros créditos		60.248	62.573			Obrigações com a administradora	137	-
Bens retomados ou devolvidos		464	395			Recursos a devolver a consorciados	69.811	68.681
Direitos junto a consorciados contemplados		59.784	62.178			Recursos dos grupos	13.257	14.088
Normais		56.366	58.677					
Em atraso		3.213	3.278			Compensação	455.793	353.347
Em cobrança judicial		205	223			Recursos mensais a receber de consorciados	2.267	2.617
Compensação		455.793	353.347			Obrigações do grupo por contribuições	251.459	199.233
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		2.267	2.617			Bens a contemplar	202.067	151.497
Contribuições devidas ao grupo		251.459	199.233					
Valor dos bens a contemplar		202.067	151.497			Total do Passivo e Compensação	627.446	531.787
Total do Ativo e Compensação		627.446	531.787					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora") é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Grupo Panamericano. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com observância das diretrizes estabelecidas pela legislação societária brasileira e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, a Administradora, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologadas pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11 (com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012).

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do controlador e Diretoria em 06 de agosto de 2012.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Administradora

a) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) A apuração do resultado

Obedece ao regime de competência, sendo que a taxa de administração, consoante determinação do Banco Central do Brasil é reconhecida quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio e a despesa de comissão sobre vendas de cotas que é registrada quando da comercialização das cotas.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil - BACEN, os títulos e valores mobiliários foram classificados pela administração na categoria "mantidos até o vencimento" e demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos financeiros, os quais são contabilizados no resultado.

d) Provisão para perdas

A provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio está constituída 100% sobre o total dos empréstimos efetuados.

e) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas de 10% ao ano para móveis, utensílios e instalações e de 20% para equipamentos de informática.

f) Intangível

O intangível é demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada, e está representado por gastos com desenvolvimentos logísticos.

g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 9% do lucro ajustado antes do imposto de renda, de acordo com a legislação em vigor. Os créditos tributários são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo destes impostos.

h) Obrigações

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual a do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio".

i) Contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração. A provisão para contingências cíveis e trabalhistas é

4. ADMINISTRADORA

4.1. Títulos e valores mobiliários

Papel/lastro da operação	30/06/2012		31/12/2011			
	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento - Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	1	4.392	4.393	4.393	2.773	2.773
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (b)	-	17.260	17.260	17.340	16.501	16.544
Total	1	21.652	21.653	21.733	19.274	19.317

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI (nota 4.8).

(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

constituída com base em análise e avaliação das ações judiciais, representadas substancialmente por ações cíveis referentes a danos morais, as quais são efetuadas pelos assessores jurídicos, sendo efetuada provisão de 100% do valor provável de perdas. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelas assessorias jurídicas são divulgados em notas explicativas, quando relevantes.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período.

3.2. Grupos de consórcio

a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são efetuadas em títulos públicos (Letras Financeiras do Tesouro - LFT) e foram classificadas na categoria "mantidas até o vencimento".

b) Rendimentos de aplicações financeiras

Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.

c) Direitos junto a consorciados contemplados

Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.

d) Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

e) Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

f) Recursos a devolver a consorciados

Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela SELIC.

g) Previsão mensal de recursos a receber

A conta de compensação "Previsão mensal de recursos a receber" representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos no mês subsequente às datas dos balanços.

h) Contribuições devidas ao grupo

A conta de compensação "Contribuições devidas ao grupo" representa a previsão de recebimento do fundo comum até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar

A conta de compensação "Valor dos bens a contemplar" representa o valor total dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 31% (25% em 2011).

k) Recursos utilizados

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado)

4.4. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 14.077.212 cotas, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.

b) Reserva de lucros

Nos termos do estatuto social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora.

Resultado do semestre 3.189
5% de destinação para a reserva legal 159

c) Dividendos mínimos

O estatuto social da Administradora prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 5% sobre o lucro líquido ajustado. Foram provisionados dividendos relativos ao exercício de 2011 no montante de R\$ 26.

4.5. Receita de prestação de serviço

	1º Semestre 2012	2º Semestre 2011
Taxa de administração (a)	9.566	5.616
Taxa de permanência	318	328
Taxas de serviços	182	134
Total	10.066	6.078

(a) No 1º semestre de 2012 foi apropriado R\$ 3.254 relativo à taxa prevista no contrato de adesão, a qual é cobrada dos consorciados excluídos/desistentes e calculada considerando o valor do crédito dos mesmos, quando da ocasião de encerramento do grupo. Neste semestre, foram encerrados dois grupos. Vide nota 3(1).

4.6. Outras despesas administrativas

A conta "Outras despesas administrativas" apresenta a seguinte composição:

	1º Semestre 2012	2º Semestre 2011
Comissões de venda de consórcio	2.480	999
Serviço de cobrança externa	1.288	1.102
Serviços técnicos especializados	339	143
Call Center	289	314
Custas processuais	-	379
Honorários s/ recebimento de cobrança	130	128
Cessão de uso de sistemas	110	102
Outras	120	208
Total	4.756	3.375

4.7. Outras despesas operacionais

	1º Semestre 2012	2º Semestre 2011
Provisão para contingências (a)	5	1.613
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	219	263
Outras	16	13
Total	240	1.889

(a) No 1º semestre de 2012 houve redução no índice de perda histórica ocasionando redução no montante das provisões para contingências.

4.8. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	30/06/2012	31/12/2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.819	259
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/Créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(1.639)	(88)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	-	31
Outros valores	9	7
Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.630)	(50)

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2011	Realização	Saldo em 30/06/2012
Provisão para contingências cíveis	1.550	(206)	1.344
Provisão para contingências trabalhistas	1.395	(27)	1.368
Provisão para contingências tributárias	99	(30)	69
Outras provisões	3	-	3
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.047	(263)	2.784

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

5. GRUPOS DE CONSÓRCIO

5.1. Títulos e valores mobiliários

	30/06/2012		31/12/2011	
	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil	Valor de mercado
Papel/lastro da operação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	110.409	793	111.202	113.546
Total	110.409	793	111.202	113.546

(a) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5.2. Transações com partes relacionadas

	Ativo		Receitas	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Banco Panamericano S.A.:				
Depósitos bancários	278	-	-	-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

	Diferenças temporárias	
	2012	2011
2012	440	442
2013	929	954
2014	1.347	1.552
2015	8	38
2016	21	21
2017	39	40
Total	2.784	3.047

Em 30 de junho de 2012, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 2.310 (R\$ 2.205 em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2010, a Panamericano Administradora de Consórcio, possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de aproximadamente R\$ 420, sendo utilizados integralmente na base do IRPJ e CSSL até 31 de dezembro de 2011.

4.9. Transações com partes relacionadas

	Ativo		Receitas	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Banco Panamericano S.A.:				
Depósitos bancários	4	14	-	-
Títulos e valores mobiliários - CDBs	4.393	2.773	113	172
Valores a receber de sociedades ligadas	-	113	-	-

4.10. Outras informações

a) Em 30 de junho de 2012, a Administradora não possui operação em aberto com instrumentos financeiros derivativos.

b) No semestre findo em 30 de junho de 2012, não foram pagas remunerações aos administradores.

DIRETORIA

José Luiz Acar Pedro	Paulo Alexandre da Graça Cunha
Iuri Rapoport	Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Eduardo Nogueira Domeque	Willy Otto Jordan Neto
Leandro de Azambuja Micotti	

Sergio de Jesus - Contador - CRC 1SP198209/O-2

Aos Administradores e Sócios

Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2012 e a demonstração das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa mesma data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2012 e as variações nas disponibilidades de grupo de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 14 de agosto de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0